

Alguns Aspectos Macroeconômicos da Relação entre Crescimento Rápido, Estatização e Eqüidade Distributiva (*)

Rogério L. Furquim Werneck(**)

- | -

Em um trabalho anterior⁽¹⁾ tentamos mostrar que a situação atual da economia brasileira parece ser de molde a exigir que a manutenção do padrão de crescimento acelerado do produto agregado tenha como contrapartida o fenômeno de estatização, entendido como aumento ao longo do tempo da importância do setor produtivo estatal “vis-à-vis” ao setor privado. Argüimos também que esta vinculação é inexorável a menos que se adote uma política de financiamento à expansão industrial que remontaria, no fundo, a um vultoso programa de doação — velada ou ostensiva — de recursos públicos a grupos privados. E, evidentemente, isto teria conseqüências desastrosas sobre a distribuição de renda e de riqueza a longo prazo.

(*) Este ensaio constitui um resultado parcial de uma pesquisa financiada com recursos do P.N.P.E. O autor agradece a D.D. Carneiro, F.L. Lopes, P.S. Malan, E.J. Reis e D.F.F. Werneck por comentários valiosos a uma versão preliminar.

(**) O Autor é professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

(1) Ver R.L. Furquim Werneck, «Estatização, Crescimento Rápido e Equidade Distributiva», em Dionísio D. Carneiro (Coordenador). **Brasil: Dilemas da Política Econômica**, Editora Campus, Rio de Janeiro, 1977.

Estaria configurado, assim, um conflito entre o que, pelo menos formalmente, parecem ser objetivos amplos de política econômica neste país: a) crescimento acelerado do produto agregado; b) manutenção de um certo equilíbrio entre a expansão do setor produtivo estatal e do setor privado; e c) busca de uma maior eqüidade no padrão de distribuição de renda e de riqueza.

O argumento apresentado naquele trabalho é essencialmente microeconômico. O conflito surge em última análise da limitação financeira ao crescimento das firmas privadas nacionais⁽²⁾ que impede que aquelas inseridas nos setores mais dinâmicos se expandam às taxas de crescimento requerida aos setores, dada uma meta relativamente alta de expansão do produto agregado. O conflito advém, portanto, de contradições ao nível da empresa, da unidade produtiva isolada.

Há algum tempo, temos nos preocupado em estruturar uma contrapartida desse argumento a nível macroeconômico. A idéia é partir de uma perspectiva eminentemente macroeconômica e explorar os "limites do possível" no que tange a crescimento rápido, estatização e eqüidade distributiva. O presente ensaio constitui um esforço nesse sentido. A análise é certamente um tanto impressionista em alguns pontos — em particular no lado empírico da questão — denotando a natureza embrionária do argumento. Acreditamos, no entanto, que um maior rigor analítico nesses pontos, ainda que fatalmente se faça necessário, não deverá alterar de uma maneira significativa o contorno geral das conclusões a que chegamos.

- II -

O processo de crescimento de uma economia ao longo do tempo é um fenômeno por demais complexo e multifacetado e, é quase desnecessário afirmar, está longe de ser suficientemente entendido. Não obstante, gostaríamos de cometer a violência teórica de abstrair de muitos condicionantes importantes do processo de crescimento e concentrar a atenção em uma restrição em particular: a restrição de poupança agregada.

(2) A idéia da existência de uma limitação financeira ao crescimento de uma firma, mesmo quando há a possibilidade de acesso ao mercado primário de ações, não é nada recente. Veja M. Kalecki, «Principle of Increasing Risk», *Economica*, 1937 e M. Kalecki, *Theory of Economic Dynamics*, George Allen and Unwin, Londres, 1954, cap. 8.

Começemos então por analisar algumas características do financiamento da acumulação de capital da economia brasileira no momento atual.

Sabemos que nos últimos dez anos assistiu-se a um processo de aceleração do crescimento econômico no Brasil. A taxa média anual de crescimento do PIB que, para o período compreendido entre o pós-guerra e meados da década dos 60 situa-se em torno de 7%, saltou para aproximadamente 12% entre 1968 e 1973. Embora no período mais recente tenha havido uma certa desaceleração, as taxas de crescimento ainda têm estado, em média, acima de 7%.

Este padrão de crescimento rápido exigiu evidentemente um ajuste adequado na taxa de acumulação de capital da economia. Por outro lado, foi necessário que se rearticulassem as fontes de poupança disponíveis para que tal ajuste se tornasse possível.

A nível macroeconômico isto foi viabilizado através de: a) um acréscimo substancial da poupança do governo e dos lucros retidos das empresas estatais; b) uma utilização mais intensa dos mecanismos de poupança compulsória; c) um aumento da poupança privada voluntária; e, mais recentemente, d) um crescente déficit no balanço de pagamentos em conta corrente.

O excessivo endividamento do país no exterior já está exigindo que o recurso à poupança externa — cerca de 5% do PIB em anos recentes — seja drasticamente reduzido. Isto certamente deverá tornar mais clara a relevância da restrição ao crescimento representada pela capacidade de poupança interna.

Examinemos rapidamente algumas características dos grandes componentes da poupança interna de forma a tentar entender melhor os determinantes desta restrição.

- III -

Tomemos em primeiro lugar a poupança privada voluntária. É de se esperar que um determinante fundamental deste componente seja o padrão de distribuição de renda, na medida em que grupos de renda diferentes têm propensões a poupar diferentes. Ademais, é razoável supor que a propensão média a poupar do setor privado deva aumentar quando aumenta a participação dos lucros na renda, dependendo também, portanto, da distribuição funcional.

Embora a intensidade destes efeitos seja algo bastante discutível, é deste tipo de suposição que se origina a estratégia de crescimento acelerado do tipo “concentrar para crescer”. Segundo os adeptos deste argumento, somente com uma distribuição de renda mais concentrada poder-se-ia assegurar o nível de poupança requerido por um processo de crescimento acelerado. Este tipo de idéia, que durante algum tempo esteve em moda entre certas correntes de pensamento no Brasil, tem como corolário, a chamada tese do “distributivismo prematuro”: a implementação de uma política de redistribuição de renda no país implicaria forçosamente numa diminuição da taxa de crescimento da economia.

Veremos abaixo que isto não necessariamente tem que ocorrer. Tentaremos mostrar que a concentração de renda pode ser uma estratégia de crescimento rápido (pelo menos quando se olha apenas para a poupança abstraindo-se, por exemplo, de problemas de realização ou de demanda efetiva, para não dizer de viabilidade política) mas certamente não é a única, como querem alguns.

Por outro lado, tem sido freqüentemente alegado que a poupança do setor privado poderia ser substancialmente elevada caso fosse diminuída a carga tributária da economia, julgada excessivamente pesada. Aceita, no entanto, a idéia de que tal poupança advém dos estratos mais altos de renda e dos lucros, é fácil concluir que a maior parte das sugestões neste sentido remonta, em última análise, a uma política de concentração de renda.

Ademais, há indícios de que a incidência fiscal sobre poupadores potenciais seja bem menor que a estimativa do indicador clássico de importância da carga tributária para a economia como um todo poderia fazer supor. De fato, são notórias as características de regressividade da carga tributária total no Brasil onde os impostos diretos têm até hoje uma importância secundária. Além disto, mesmo no que diz respeito ao imposto de renda, seria bom não esquecer toda a parafernália de incentivos fiscais que privilegiam de forma inequívoca os poupadores, sejam eles indivíduos ou empresas.

Muito ao contrário, a chave de uma política efetiva de incentivo à poupança privada talvez esteja, não na redução da car-

ga tributária, mas em uma taxaço mais pesada do consumo supérfluo⁽³⁾.

- IV -

Passemos à poupança estatal. Uma das características mais importantes da evolução da economia brasileira nas últimas décadas tem sido o uso crescente que se tem dado à capacidade do Estado de gerar poupança, seja poupança coletiva seja poupança compulsória⁽⁴⁾.

Os níveis de poupança compulsória e de poupança coletiva dependem obviamente do montante de recursos controlados pelo Estado em um dado intervalo de tempo. É de se esperar, por exemplo, que a poupança coletiva aumente em resultado de um aumento da receita tributária.

Constatado isto, pode-se imaginar (por simetria à estratégia do tipo "concentrar para crescer") uma estratégia do tipo "estatizar para crescer". De fato, pode-se pensar em gerar o nível de poupança condizente com uma determinada meta de crescimento rápido, manipulando-se o grau de participação do Estado na economia e, com isto, a poupança estatal.

A este propósito faz-se necessária a discussão de certos problemas ligados à destinação a ser dada à poupança estatal. Re-

(3) Ver N. Kaldor, *An Expenditure Tax*, George Allen and Unwin, Londres, 1955.

(4) Antes de mais nada, é importante deixar claro que se tratam de conceitos distintos. A característica fundamental da **poupança coletiva** é que os fundos por ela gerados são essencialmente públicos, isto é, pertencentes ao Estado e portanto à sociedade como um todo. O principal componente da poupança coletiva é a chamada poupança do governo (propriamente dito), que advém em sua maior parte da receita tributária. A **poupança compulsória**, por outro lado, apesar de também ser imposta à sociedade, não forma um fundo público, mas apenas um fundo que é administrado publicamente, sendo, no entanto, dividido em quotas pertencentes a indivíduos ou firmas privadas, embora o acesso às quotas seja algo limitado (FGTS, PIS, PASEP, etc). Os lucros retidos de uma empresa estatal exigem uma classificação mais cuidadosa. Uma parcela dos lucros retidos, correspondente à fração do capital controlada em última análise pelo Estado, deveria ser considerada poupança coletiva e o restante poupança compulsória. Note-se que estamos usando o conceito de **poupança estatal** para designar toda a poupança controlada pelo Estado, isto é, soma das poupanças coletivas e compulsória. Ambas advém do exercício do poder confiscatório ou extrativo do Estado.

centemente, tem sido sugerido com freqüência cada vez maior, que a poupança gerada pelo Estado seja “devolvida” ao setor privado de onde, alega-se, ela foi extraída. Em princípio parece razoável a idéia de que a poupança estatal financie também investimentos privados.

O problema é que as sugestões mais concretas neste sentido equivalem, na maior parte das vezes, a uma doação velada ou ostensiva de uma parte substancial dos fundos de poupança compulsória ou coletiva a alguns grupos privados privilegiados. De fato, é comum atrelarem-se a estas propostas cláusulas como teto de correção monetária, juros reais negativos, empréstimos a fundo perdido, etc. Políticas como estas, se implantadas em uma escala realmente ampla, teriam um impacto extremamente concentrador sobre a distribuição de riqueza a longo prazo.

Hoje em dia parece haver consenso de que uma das chaves de distribuição de renda mais igualitária a longo prazo é uma distribuição cada vez mais equânime da riqueza ao longo do tempo. É importante evitar que no calor do “debate sobre estatização” sejam tomadas medidas que concentrem ainda mais a distribuição de riqueza, sacrificando-se o objetivo de obter-se uma sociedade mais justa no futuro.

Ademais, é importante notar que a política de utilização intensiva dos instrumentos estatais de captação da poupança, com o fito de se doar boa parte dos recursos assim arrematados ao setor privado, pode ser tanto ou mais concentradora a longo prazo que uma política de concentração direta da renda privada para se gerar uma poupança maior.

E talvez não seja muito viável politicamente levar a cabo medidas deste tipo. Há em primeiro lugar a necessidade de se assegurar um rendimento real positivo (ou ao menos não muito menor que zero) aos fundos de poupança compulsória. Por outro lado, há ainda o problema de “equity among the few” (parodiando a expressão de Fellner). De fato, é provável que no seio da própria classe empresarial surja oposição a doações veladas ou ostensivas de fundos públicos, na medida em que simplesmente não há o suficiente para todos.

Dado isto, vamos aceitar a hipótese de que a poupança coletiva vá permanecer como um fundo de propriedade da sociedade como um todo e que a poupança compulsória vá permanecer como um fundo de propriedade dos quotistas e controlada pelo Estado.

Segue-se que uma maior ênfase na poupança estatal, além de implicar na necessidade do Estado se apropriar de uma fração maior da renda nacional, implica também no controle público ou propriedade pública de uma fração maior do acréscimo no estoque de riqueza da economia a cada ano⁽⁵⁾

- V -

Tentemos agora formalizar alguns aspectos da discussão anterior construindo um modelo que, apesar de extremamente simples, nos permitirá entender melhor as estreitas opções de política econômica no que tange a crescimento acelerado, estatização e equidade distributiva.

Trata-se de um modelo na tradição dos modelos cambridgeanos de crescimento de Kaldor, Pasinetti e outros⁽⁶⁾.

Nestes modelos, como se sabe, a igualdade entre poupança e investimento é assegurada pela variação da propensão média a poupar da economia. E esta variação se dá de uma forma muito peculiar. Supõe-se uma economia composta de duas classes — trabalhadores e capitalistas — com propensões a poupar diferentes. A taxa de poupança global da economia, que é uma média ponderada das propensões a poupar das duas classes, varia em resultado de alterações na distribuição funcional da renda. É exatamente este efeito de variações na distribuição funcional sobre a taxa de poupança que distingue estes modelos cambridgeanos na tradição de Kaldor e Pasinetti.

O nosso intuito é utilizar este tipo de mecanismo para construir, não um modelo de crescimento, mas um modelo simples de política econômica que permita explicitar, simultaneamente, os

(5) A estrutura de propriedade pode evoluir de forma bastante diferente a longo prazo, dependendo da ênfase que se dê à poupança coletiva «vis-à-vis» à poupança compulsória, ainda que ambas impliquem em igual controle do Estado sobre os acréscimos no estoque de riqueza da economia.

(6) Veja, por exemplo, N. Kaldor. «Alternative Theories of Distribution», *Review of Economic Studies*, vol. 23, 1955-56, pgs. 94-100; N. Kaldor, «A Model of Economic Growth», *Economic Journal*, vol. 67, 1957; L. Pasinetti, «Rates of Profit and Income Distribution in Relation to the Rate of Economic Growth», *Review of Economic Studies*, vol. 29, 1961-62.

padrões de estatização e de distribuição de renda compatíveis com uma determinada meta de crescimento econômico.

Seja g a meta de crescimento anual do produto agregado, e seja k a relação capital-produto da economia, que se supõe constante. Designando a poupança global por S , o investimento agregado por I e a renda nacional por Y , podemos escrever que a taxa de poupança necessária para assegurar a meta de crescimento g é dada por

$$\frac{S}{Y} = \frac{I}{Y} = gk \quad (1)$$

Supondo uma economia fechada, podemos escrever que a poupança global é igual à poupança privada S_p mais a poupança estatal S_e , ou seja

$$S = S_p + S_e \quad (2)$$

Por outro lado, podemos decompor a poupança privada em poupança dos capitalistas S_c e poupança dos trabalhadores S_w , ou seja,

$$S_p = S_c + S_w \quad (3)$$

Sabemos também que

$$Y = Y_p + Y_e \quad (4)$$

e que

$$Y_p = Y_c + Y_w \quad (5)$$

onde Y_p é a renda privada, Y_e a renda estatal, Y_c a renda da classe capitalista e Y_w a renda da classe trabalhadora.

Suponhamos agora a existência de funções-poupança do tipo:

$$S_e = s_e Y_e \quad (6)$$

$$S_w = s_w Y_w \quad (7)$$

$$S_c = s_c Y_c \quad (8)$$

isto é, capitalistas, trabalhadores e o Estado pouparam uma fração constante da sua renda.

Substituindo (3) em (2) temos:

$$S = S_c + S_w + S_e$$

Substituindo (6), (7) e (8) na equação acima,

temos:

$$S = s_c Y_c + s_w Y_w + s_e Y_e$$

Utilizando (4) e (5) podemos reescrever

$$S = s_c(Y_p - Y_w) + s_w Y_w + s_e(Y - Y_p)$$

ou, reagrupando e dividindo ambos os lados por Y ,

$$\frac{S}{Y} = s_e - (s_e - s_c) \frac{Y_p}{Y} - (s_c - s_w) \frac{Y_w}{Y}$$

ou, se quisermos,

$$\frac{S}{Y} = s_e - \left| s_e - s_c + (s_c - s_w) \frac{Y_w}{Y_p} \right| \frac{Y_p}{Y}$$

Utilizando agora a equação (1) podemos escrever com base nas duas últimas equações acima:

$$gk = s_e - (s_e - s_c) \frac{Y_p}{Y} - (s_c - s_w) \frac{Y_w}{Y} \quad (9)$$

$$gk = s_e - \left| s_e - s_c + (s_c - s_w) \frac{Y_w}{Y_p} \right| \frac{Y_p}{Y} \quad (10)$$

Se quisermos, podemos reescrever (9) e (10) da seguinte forma⁽⁷⁾.

(7) Estamos supondo que $s_e > s_c > s_w$

$$\frac{Y_p}{Y} = \frac{s_e - gk}{s_e - s_c} - \frac{s_c - s_w}{s_e - s_c} \frac{Y_w}{Y} \quad (11)$$

$$\frac{Y_p}{Y} = \frac{s_e - gk}{s_e - s_c + (s_c - s_w) \frac{Y_w}{Y_p}} \quad (12)$$

As equações (9) a (12) são formas diferentes de uma mesma equação de consistência⁽⁸⁾. Estabelecem as combinações de indicadores do padrão de distribuição de renda ($\frac{Y_w}{Y}$ ou $\frac{Y_w}{Y_p}$) e de estatização ($\frac{Y_p}{Y}$) compatíveis com uma determinada meta de crescimento do produto agregado. Fixada esta meta, fica claro que quanto mais concentrada for a distribuição de renda menor poderá ser o grau de estatização da economia, ou seja, quanto menor for $\frac{Y_w}{Y}$ ou $\frac{Y_w}{Y_p}$ maior poderá ser $\frac{Y_p}{Y}$. Da mesma forma, quanto maior a participação do Estado na economia mais equânime poderá ser o padrão de distribuição de renda⁽⁹⁾

Visto de outra forma, podemos afirmar que a poupança adicional necessária a um aumento na taxa de crescimento do pro-

(...)

ou seja, que a propensão a poupar do Estado seja maior que a dos capitalistas e que esta, por sua vez, seja maior que a dos trabalhadores. Estamos supondo ainda que $s_e > gk$

(8) Poderíamos dizer que esta equação de consistência define uma «fronteira crescimento-privatização-equidade distributiva».

(9) Note-se que estamos trabalhando com um indicador de estatização que afere a participação do Estado na economia segundo uma dimensão bastante diferente daquela utilizada em R.L. Furquim Werneck, op. cit.. Naquele artigo estávamos interessados no tamanho do setor público produtivo. No presente ensaio o interesse se volta para

a fração da renda nacional apropriada pelo Estado ($\frac{Y_e}{Y}$). A pro-

pósito, veremos abaixo que o conceito de «renda estatal» que estamos utilizando é algo peculiar.

duto agregado, poderá ser gerada de duas maneiras distintas: aumentando-se a estatização ou concentrando-se a distribuição de renda. Dado um nível de estatização, a taxa de crescimento viável será tanto maior quanto mais concentrada for a distribuição de renda. Por outro lado, dado um padrão de distribuição de renda, quanto maior a estatização maior será a taxa de crescimento viável.

- VI -

É interessante tentar introduzir, de uma maneira algo arbitrária, valores plausíveis para os parâmetros da expressão (10), a fim de se obter uma idéia, ainda que grosseira, da natureza destes "trade-offs" no caso da economia brasileira.

A taxa de poupança global no Brasil em anos recentes tem sido de aproximadamente 0,25. Como esta taxa foi compatível com um crescimento anual médio do produto agregado de aproximadamente 10% na última década, é razoável supor uma relação capital-produto (k) igual a 2,5.

Por outro lado, como estamos raciocinando com uma economia fechada, devemos excluir da poupança global o déficit do balanço de pagamentos em conta corrente, que nos últimos anos foi de aproximadamente 5% do PIB ou um quinto da poupança global. Obtém-se, assim, uma taxa de poupança de 0,2, que seria compatível com uma taxa de crescimento da ordem de 8% ao ano, se mantida a hipótese de uma relação capital-produto igual a 2,5.

Passemos a propensões a poupar. Estimativas satisfatórias para estes parâmetros são particularmente difíceis. É que simplesmente não existem dados sobre poupança compatíveis com os conceitos de poupança estatal e poupança privada que estamos utilizando⁽¹⁰⁾. Uma alternativa é utilizar os dados disponíveis sobre origem do investimento fixo para inferir algo a respeito da origem da poupança, o que é certamente problemático.

Segundo dados não publicados, disponíveis no Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, cerca de 45%

(10) A «poupança do governo», cuja estimativa está disponível nas contas nacionais, constitui apenas uma fração do que conceituamos como «poupança estatal». Veja nota da página 117.

do investimento fixo seria de origem estatal e os 55% restantes de origem privada⁽¹¹⁾. Com base nestes dados, e supondo que a poupança estatal seja ligeiramente superior ao investimento estatal, financiando, portanto, parte do investimento privado, resolvemos trabalhar com a hipótese de que 50% da poupança é de origem estatal e 50% de origem privada.

Para chegarmos a uma estimativa da propensão média a poupar do Estado (s_e) precisamos ainda de uma estimativa da fração da renda nacional apropriada pelo Estado. Para a economia brasileira um valor razoável para $\frac{Y_e}{Y}$ é 0,30⁽¹²⁾ Como estamos

(11) Segundo dados utilizados por Baer, Kerstenetzky e Villela, 60,6% do investimento total seria de responsabilidade do Estado e 39,4% de responsabilidade do setor privado. Estes dados no entanto, tendem a superestimar a participação do investimento estatal, na medida em que a participação dos investimentos das empresas estatais foi estimada a partir de uma amostra de grandes empresas. Veja W. Baer, I. Kerstenetzky e A. Villela, «Modificações no papel do Estado na economia brasileira», **Pesquisa e Planejamento Econômico**, dezembro, 1973, pg. 904.

(12) Note-se que o nosso conceito de poupança estatal engloba tanto a poupança coletiva quanto a poupança compulsória, isto é, toda a poupança arrematada pelo uso do poder confiscatório ou extrativo do Estado. Segue-se, portanto, que o nosso conceito de renda estatal, de onde afinal advém a poupança estatal, é algo peculiar. No caso do Brasil, estaria aí englobado não só a receita tributária (impostos, arrecadação das contribuições à previdência social, arrecadações do FGTS, PIS-PASEP, etc.) sem dedução dos recursos que são utilizados para transferências e subsídios, como também os lucros das empresas estatais, ou seja, recursos sobre os quais o Estado tem, pelo menos em termos teóricos, controle direto. Portanto, os nossos conceitos de «renda estatal» e «renda privada» são bastante diferentes dos conceitos de «renda disponível do setor público» e «renda disponível do setor privado», cujas estimativas podem ser encontradas nas contas nacionais. Como é sabido, estes dois últimos agregados têm as seguintes definições:

renda disponível do setor público = impostos indiretos — subsídios + impostos diretos — transferências + outras receitas correntes do governo;

renda disponível do setor privado = produto nacional bruto — renda disponível do setor público.

Já o conceito de renda estatal que estamos utilizando poderia ser definido da seguinte forma:

renda estatal = renda disponível do setor público + transferências + subsídios + lucros retidos das empresas estatais + dividendos das empresas estatais distribuídas a acionistas privados;

(...)

trabalhando com uma taxa de poupança interna de 20%, e dada a nossa hipótese sobre origem da poupança, podemos afirmar que a poupança do setor estatal equivale a 10% da renda global. Na medida em que o Estado apropria-se de 30% desta renda podemos concluir que s_e seria igual a $0,10/0,30$, ou seja, aproximadamente 0,34.

Temos agora que decompor a renda privada e a poupança privada em renda e poupança de capitalistas e trabalhadores, para podermos estimar as propensões a poupar das duas classes. A evidência disponível sugere que os trabalhadores estão se apropriando de aproximadamente 55% da renda privada⁽¹³⁾. Como estamos estimando a renda privada em 70% da renda global, isto equivale a dizer que os trabalhadores se apropriam de 38,5% de renda global. Analogamente, 45% de 70%, ou seja, 31,5% desta renda seria apropriada pela classe capitalista.

Supondo $s_w = 0,05$ — para não supor igual a zero — obteríamos uma poupança dos trabalhadores equivalente a pouco menos

()
ou seja,

renda estatal = impostos indiretos + impostos diretos + outras receitas do governo exclusive dividendos das empresas estatais recebidos pelo governo + lucros das empresas estatais.

O conceito de renda privada teria portanto, a seguinte definição

renda privada = renda disponível do setor privado — transferências — subsídios — lucros retidos das empresas estatais — dividendos das empresas estatais distribuídos a acionistas privados.

Na verdade, uma definição rigorosa de renda estatal ainda exigiria alguns ajustes na conta «outras receitas correntes do governo». Por exemplo, transferências do governo a empresas estatais — inseridas nas contas nacionais como pertencendo ao setor privado — entram nesta conta com sinal negativo. Na medida em que governo e empresas estatais são englobados no setor estatal isto torna necessário um ajuste conveniente. Sobre a composição da conta «outras receitas correntes do governo» veja FGV/IBRE, **Contas Nacionais do Brasil, Conceitos e Metodologia**, FGV, Rio de Janeiro pgs. 21 e 66-67.

- (13) Para o ano de 1975, a participação do trabalho na renda urbana foi de 0,525 segundo os dados revistos das contas nacionais recentemente publicados pela F.G.V. Por outro lado, é interessante notar que se tivéssemos agrupados os poupadores privados, não em capitalistas e trabalhadores, mas em dois grupos correspondentes aos 10% mais ricos e 90% mais pobres, o dado de participação dos pobres na renda seria bastante similar: 0,55 segundo os dados do Censo de 1970.

do que 2% da renda global ($0,05 \times 0,385$). Como a poupança privada equivale a 10% da renda global, a poupança da classe capitalista deve ser igual a cerca de 8% desta renda. Vimos acima que esta classe se apropria de 31,5% desta mesma renda. Isto nos permite concluir que s_c seria igual a $0,08/0,315$, ou seja, aproximadamente 0,25.

Temos agora valores plausíveis para todos os parâmetros, o que nos permite utilizar a expressão (10). A situação atual da economia brasileira está configurada, grosso modo, no que denominamos caso A na tabela abaixo. A tabela inclui também outros casos que simulam alguns experimentos de política econômica.

CASO	g	$\frac{Y_w}{Y_p}$	$\frac{Y_p}{Y}$
A	0,08	0,55	0,70
B	0,09	0,55	0,58
C	0,09	0,37	0,70
D	0,08	0,60	0,67
E	0,09	0,60	0,55

No caso B, a meta de crescimento anual a longo prazo é aumentada de 8% para 9% e é mantido constante o padrão de distribuição de renda. Vê-se que $\frac{Y_p}{Y}$ deve então cair de 0,70 para 0,58, o que equivale a um aumento da participação da renda estatal na renda total de 0,30 para 0,42.

No caso C, também é aumentada a meta de crescimento de 8% para 9%, mas o nível de estatização é que é agora mantido constante. Faz-se necessária então uma concentração brutal da renda privada caracterizada pela queda de $\frac{Y_w}{Y_p}$ de 0,55 para 0,37

A comparação entre os casos B e C sugere que uma estratégia do tipo "estatizar para crescer" pode ser bastante mais palpável que uma do tipo "concentrar para crescer"

No caso D, a taxa de crescimento é mantida constante mas a renda é redistribuída, passando $\frac{Y_w}{Y}$ de 0,55 para 0,60. Note-se que o aumento de estatização, necessário para continuar viabilizando o crescimento de 8%, é bastante moderado, caindo $\frac{Y_p}{Y}$ de 0,70 para apenas 0,67.

Finalmente no caso E, a política de redistribuição de renda é conjugada com a aceleração do crescimento econômico, o que exige um acréscimo mais substancial do grau de estatização, caindo $\frac{Y_p}{Y}$ para 0,55⁽¹⁴⁾.

Estes efeitos parecem mais dilatados do que seria razoável supor. Isto se deve em parte à hipótese de que as propensões a poupar são constantes. Na medida em que a propensão marginal a poupar do Estado fosse substancialmente maior que a sua propensão média — como parece ser o caso — os ajustes requeridos no nível de estatização poderiam ser bem menores. Analogamente, as alterações na distribuição de renda poderiam ser menos drásticas caso a propensão marginal a poupar dos capitalistas fosse maior que sua propensão média.

- VII -

O modelo apresentado na seção V é extremamente simples e, é inegável, deixa de incorporar vários condicionantes importantes do processo de crescimento da economia brasileira. O fato de raciocinarmos com uma economia fechada, omitindo, por-

(14) Poderia ser arguido que pelo menos um caso adicional deveria ter sido examinado: uma política de redução da participação do Estado na economia a custo de uma diminuição na taxa de crescimento de longo prazo. Ainda que isto seja logicamente possível no contexto do modelo formal, não nos parece constituir um caso relevante. Afinal, o Estado desempenha várias outras funções importantes na economia brasileira além de arregimentar poupança. E a maior parte destas funções jamais poderiam vir a ser desempenhadas pelo setor privado.

Assim, não parece razoável supor que a relação $\frac{Y_c}{Y}$ observada atualmente possa ser significativamente reduzida.

tanto, a capacidade de importar como uma restrição, constitui uma falha particularmente séria.

Não obstante, acreditamos que, mesmo utilizando hipóteses bastante simplificadoras, o modelo cumpre um papel relevante, na medida em que permite a explicitação da natureza de certas opções importantes envolvidas no delineamento da estratégia brasileira de crescimento econômico.

A idéia básica é que há mais de uma forma de se gerar a taxa de poupança interna associada a uma determinada meta de crescimento econômico. E na escolha entre estas formas está embutida uma opção entre, por um lado, uma distribuição mais concentrada da renda privada e, por outro, a apropriação de uma fração maior da renda nacional pelo Estado.

Assim, na medida em que o recurso à poupança externa se torne mais problemático, devido ao grau de endividamento do país no exterior, a manutenção de um padrão de crescimento acelerado deverá exigir um aumento da fração da renda nacional apropriada pelo Estado, a menos que se opte por uma política de concentração de renda, o que não parece ser razoável supor. Por outro lado, a adoção de uma política de redistribuição de renda não deve necessariamente provocar uma redução na taxa de expansão do produto agregado, como frequentemente se alega; basta que tal política seja acompanhada de um acréscimo adequado na fração da renda nacional apropriada pelo Estado.